



## ESTÁGIO SUPERVISIONADO: DESAFIOS À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

### SUPERVISED INTERNSHIP: CHALLENGES TO SOCIAL WORK FORMATION AT PUBLIC COLLEGE EDUCATION

Tereza Favaro<sup>1</sup>  
Elizangela Ribeiro<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo resulta de inquietações das autoras sobre o estágio supervisionado, a partir de experiências apreendidas no exercício da profissão de Serviço Social, com trabalho voltado para a assistência estudantil na Universidade Federal de Goiás, que é realizada a supervisão de estágio de campo e acadêmico em Serviço Social. O estágio é considerado essencial no processo da formação qualificada como um direito social ao estudante e também contribui na formação e reflexão do fazer profissional, como uma das dimensões de seu trabalho o estágio supervisionado, em uma instituição pública, espaço de constantes contradições, de lutas e resistências para contribuir no processo de democratização do acesso, condições de permanência e da formação, dos direitos sociais e na ruptura do ultraconservadorismo, próprio da estrutura capitalista, na conquista de outra sociabilidade, justa e igualitária, ao resguardar o direito à diversidade social.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Educação Superior. Estágio Supervisionado.

**Abstract:** This article results from the authors' concerns about the supervised internship, based on experiences learned in the exercise of the Social Work profession, with work focused on student assistance at the Federal University of Goiás, where the supervision of field and academic internship in Social Work is carried out; the internship is considered essential in the process of qualified training as a social right to the student, and it also contributes to the formation and reflection of the professional practice exercised by the profession, as one of the dimensions of their work, the supervised internship, in a public institution, space of constant contradictions, struggles and resistance to contribute to the process of democratization of access, conditions of permanence and training, social rights and

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela UFG, Mestra em Serviço Social pela PUC/GO. Professora de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG/Regional Goiás) Professora da Residência Multiprofissional em Saúde do HC (UFG/EBSERH). Email: [favaro@ufg.br](mailto:favaro@ufg.br)

<sup>2</sup> Mestra em Serviço Social pela PUC/GO, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ. Assistente social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFG. Email: [elizangela.ribeiro@ufg.br](mailto:elizangela.ribeiro@ufg.br)

the rupture of ultraconservatism, typical of the capitalist structure, in the conquest of another sociability, just and egalitarian, by protecting the right to social diversity.

**Keywords:** Social Work. College Education. Supervised Internship.

## INTRODUÇÃO

*“(...) educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida”  
(MÉSZÁROS, 2008).*

Seguindo as trilhas de Mészáros, a educação é um dos instrumentos à classe trabalhadora vislumbrar outro horizonte... em direção a emancipação humana, com a superação da lógica excludente e perversa do capital, que explora, massacra, aprisiona e viola todas as condições de vida do ser social.

Nesse entendimento, tecemos algumas reflexões sobre o Estágio Supervisionado em Serviço Social, consubstanciadas em estudos teóricos respaldado em autores que se apropriam da concepção histórico-dialética, pelo pensamento e estudos de Karl Marx sobre a temática, e experiências apreendidas no trabalho profissional, na docência no Curso de Serviço Social da Regional de Goiás/UFG<sup>3</sup> e como coordenadora e supervisora de campo Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Prae/UFG. A investigação foi realizada por meio de pesquisas bibliográfica, documental – relatórios das reuniões, encaminhamentos a respeito do estágio, relatório do trabalho profissional e do estágio –, e empírico-qualitativa, sendo essa última, resultado de reflexões das participações de assistentes sociais e estudantes, no processo da supervisão de estágio.

O debate sobre a temática do artigo é considerado um espaço de resistência para assistentes sociais e estudantes diante dos limites e desafios confrontados no processo de estágio supervisionado em Serviço Social, frente ao cenário da contrarreforma do ensino superior.

Desde a criação das primeiras escolas de Serviço Social nos idos de 1930 do século XX, o estágio é parte fundamental da formação profissional, ele “[...] acompanha o movimento sócio histórico, teórico-metodológico e as condições éticas e políticas que envolvem a profissão”. (CAPUTI, 2016, p. 390), que assegura ao Serviço Social repensar e enfrentar os desafios que se colocam para a profissão na

---

<sup>3</sup> Criado em 2008, na cidade de Goiás, dentro do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

atual conjuntura. Tal formação é pautada em princípios e valores radicalmente contrários ao projeto educacional do Estado, sob a égide do capital, responsável pela precarização da formação profissional para adequar-se à dinâmica reguladora do mercado.

## **ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: DESAFIOS E LIMITES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO**

Discutir o estágio em Serviço Social como processo indispensável na formação profissional, faz-se necessário problematizar os desafios de uma conjuntura marcada pela reestruturação produtiva, com implicações em todas **as dimensões** da **vida em sociedade**.

As transformações engendradas pela adesão do Estado brasileiro à agenda neoliberal, ao incorporar medidas propostas pelo **Consenso** de Washington (1989), resultaram em contrarreformas afinadas aos interesses do mercado, conjugadas à recessão econômica, o agravamento das desigualdades sociais com exponenciação da questão social, intensificação do trabalho precário, sem direito à proteção social, desmantelamento dos serviços públicos e ataque aos direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. Posto que o mercado é visto como “portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da República”. Com efeito, são reduzidas as possibilidades de financiamento dos serviços públicos e direitos sociais como a saúde, a educação, são postos na prestação de serviços orientados pelo mercado. Isso significa um cenário recessivo, com retração dos investimentos nas políticas sociais e da responsabilidade assumida pelo Estado, ou seja, “encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado [...] onde não é admissível, no campo dos direitos sociais conquistados” (CHAUI, 1999, p. 1).

Em relação à Política de Educação Superior, a contrarreforma do Estado traz consequências reducionistas à formação profissional, e nela, o estágio. Visto que, capturado pela lógica neoliberal, o Estado assegura as condições necessárias à valorização do capital, com privatização, sucateamento do ensino superior público,

Estágio Supervisionado: desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública  
expansão de matrículas em instituições particulares, imperando a lógica mercantil à política nacional de educação superior que subordina a educação à acumulação de capital. Para os organismos internacionais como Banco Mundial, BIRD, FMI, a concepção da educação para o século XXI deve responder aos interesses da globalização, com reformas que não interfiram na ordem do capital.

Vem daí a alarmante expansão de cursos de ensino a distância e de instituições privadas instaladas no Brasil. Este processo tem por consequência a transformação da educação em um negócio rentável, ao promover a fusão de capital nacional e estrangeiro, que resulta em grandes conglomerados educacionais. Com isso, a concentração de capital ganha novos contornos com a participação destas empresas na Bolsa de Valores, ao convertê-los em empresas de capital aberto (SOUSA, 2019).

Chauí (1999) chama a atenção para o cenário que se projeta na educação superior, para lidar com essas mudanças de modo a posicionarem em sintonia com interesses da globalização. Assim, a universidade voltada para o conhecimento deu lugar à universidade funcional, direcionada “[...] para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho”. São condições que desafiam a universidade a adaptar-se ao mercado, alterando currículos, programas e atividades para assegurar a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho (CHAUI, 1999, p. 4). Tal modelo impulsiona o produtivismo, o alijeiramento da formação profissional diante da subordinação da educação superior à lógica da lucratividade, às custas da precarização do trabalho docente, da excessiva carga horária em sala de aula, conseqüente perda da qualidade na formação acadêmica, contrapondo ao tripé ensino-pesquisa-extensão, fundamental à educação de qualidade, articulada com as demandas sociais resultantes do diálogo com distintos setores da sociedade (IAMAMOTO, 2014).

Deflagrada a partir dos anos 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, os governos brasileiros que se seguiram mantiveram – em grau maior ou menor – a política de ampliação do ensino superior e a abertura do caminho para os investimentos capitalistas e à mercantilização da educação.

Neste lastro, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato (2003-2006), redirecionou o ensino superior, em promover a interiorização dos ***campi*** das universidades federais brasileiras, alargando a presença nos municípios e o desenvolvimento da assistência estudantil e de ação afirmativa, as cotas sociais, que asseguram o acesso das diferentes camadas sociais à universidade pública, sobretudo, estudante que cursou a sua formação básica na escola pública. Com efeito, possibilita o acesso à educação superior pública de negros, população indígena, do campo, quilombolas, até então, parcela da população pouco representada, e, na maioria das vezes, a primeira geração da família a obter um diploma de ensino superior e desenvolver uma profissão no sentido de melhorar as suas condições de vida.

À contradição, as medidas ampliam o ensino privado, garantindo vagas presenciais e a explosão de cursos a distância vinculada aos grandes grupos que ofertam ensino superior barato e, por vezes, a qualidade é negligenciada. Destaca-se que a qualidade da formação é condição precípua e no EAD, pesquisas comprovam a total precarização da formação, como fonte de lucratividade ao mercado.

Nesta realidade social, de lutas pela efetivação de políticas públicas, sobretudo a educação pública, democrática e de qualidade, que a Universidade Federal de Goiás (UFG),<sup>4</sup> se insere. Com todos os limites inquestionáveis do REUNI, é necessário reconhecê-lo e pensar suas possibilidades não somente para UFG, mas, para todas as universidades públicas é possível identificar alguns avanços. Todavia, a realidade expõe as contradições existentes neste processo de “democratização” do acesso e da permanência, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/Reuni, 2007; Programa de Universidades para Todos/ProUni, 2004, etc.<sup>5</sup> Especificamente o Reuni abarca um programa de expansão física e reestruturação pedagógica das

---

<sup>4</sup>Criada pela Lei no. 3.834 C, de 14 de dezembro de 1960. Atualmente conta com 156 cursos de graduação, 28 mil alunos. Presentes nas cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás.

<sup>5</sup> Programas voltados à redução das desigualdades sociais com relação ao acesso e à permanência no ensino superior.

Estágio Supervisionado: desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública universidades federais tendo no horizonte a duplicação das vagas públicas no ensino superior. A implementação, porém, tem acontecido sem um financiamento adequado, reforçando o “conceito de educação superior minimalista”, no entendimento de Leher (2011 apud, DE PAULA, 2015, p. 103). Com isso, apontam os indicativos de precarização da universidade e do trabalho docente, comprometendo precisamente a qualidade das universidades públicas no país (DE PAULA, 2015). Ao mesmo tempo, somam-se a isso os desafios para a conclusão do curso, face às condições socioeconômicas, pedagógicas, os desafios dos trabalhadores-estudantes, muitas vezes, a luta pela sobrevivência estabelece forte concorrência com os estudos e obriga a desistência do curso.

## **A REALIDADE SÓCIO-HISTÓRICA E O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFG EM GOIÁS**

É nesse chão de disputas e intensas contradições que o Curso de Serviço Social da UFG se encontra no cotidiano e se apresentam os desafios, no que diz respeito à efetivação da educação superior como direito social público, pois constitui um campo repleto de conflitos e impasses.

A emergência do Curso de Serviço Social (UFG) é um desdobramento do Programa REUNI, sustentado na perspectiva política de democratizar o acesso ao ensino superior público, associado à sua função social. Por essa via, deu-se a interiorização das universidades públicas federais, dado que historicamente a maioria dessas instituições brasileiras se encontrava nas capitais e cidades de maior porte. De fato, o processo de interiorização ampliou os municípios atendidos pelas universidades<sup>6</sup> e o acesso de alunos ao ensino superior público. Nota-se que o processo de interiorização não está descolado das demandas sociais, políticas e econômicas.

---

<sup>6</sup>114 em 2003 para 237 até o final de 2011, e resultou em um aumento em torno de 70% das matrículas presenciais na rede federal. “A interiorização das universidades federais foi um acerto estratégico”, 2018. Disponível em [https://www.brasildefato.com.br/2018/10/23/artigo-or-a-interiorizacao-das-universidades-federais-foi-um-acerto-estrategico/?utm\\_source=bd&utm\\_medium=referral&utm\\_campaign=facebook\\_share](https://www.brasildefato.com.br/2018/10/23/artigo-or-a-interiorizacao-das-universidades-federais-foi-um-acerto-estrategico/?utm_source=bd&utm_medium=referral&utm_campaign=facebook_share)

Nesse entendimento, o Reuni significa uma oportunidade de assegurar o protagonismo da UFG na constituição da primeira escola pública de Serviço Social no estado de Goiás, resultante de luta histórica de assistentes sociais para a sua criação. O Campus da Universidade Federal de Goiás (UFG) encontra-se na Cidade de Goiás, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO (2001), localizada ao pé da Serra Dourada, cercada de morros cortada por rio. Segundo o IBGE (2018), a população estimada do município é de 22.916 habitantes, e, encontra-se distante 148 km da capital do estado, Goiânia.

A Cidade de Goiás está na Região do Rio Vermelho.<sup>7</sup> Fortemente marcada pela agricultura, que carrega em seu interior as marcas das desigualdades sociais, onde agricultores familiares dos assentamentos de reforma agrária, conquistados pelas forças sociais em luta pelo **acesso à terra** como um **direito**, disputa espaço com o latifúndio. Destaca-se, ainda, que a região é marcada pela precariedade no acesso aos serviços e bens de consumo coletivo.

Originalmente Vila Boa de Goiás, a Cidade de Goiás preserva traços de colonização portuguesa, **casarios** autênticos dos séculos XVIII e XIX e suas grandes e coloridas janelas de madeira, ruas estreitas construídas por escravos com pedras desalinhadamente colocadas; com rica gastronomia e contrastes geográficos, históricos e culturais que fortalecem o turismo durante todo o ano, sobremaneira, a **Procissão do Fogaréu**, tradicional procissão católica realizada na madrugada da quinta-feira santa, assim como o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), atraem turistas e cineastas de todo o mundo (SIMIEMA, 2012).

Para além da UFG, estão presentes na Cidade de Goiás, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o Instituto Federal Goiano (IFG). A chegada dessas instituições contribui para alterar a cena cotidiana vilaboense. Revitalizando sua

---

<sup>7</sup>Composta por 18 municípios: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraíta, Itaguari, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossamedes, Mozarlândia, Nova Crixás, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás, Heitorai, Itaberaí, Itaguaru e Uruana. A população total do território é de 149.616 habitantes, dos quais 34.650 vivem na área rural, o que corresponde a 23,16% do total. Possui 7.287 agricultores familiares, 1.080 famílias assentadas. Seu IDH médio é 0,74.

população total de 149.616 habitantes, dos quais 34.650 vivem na área rural, o que corresponde a 23,16% do total. Possui 7.287 agricultores familiares, 1.080 famílias assentadas. Seu IDH médio é 0,74.

Estágio Supervisionado: desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública bucólica paisagem por meio da circulação de pessoas, eventos, debates, novas construções imobiliárias, formação de repúblicas estudantis, dando outra **feição** sócio-política-cultural à cidade e certo ar de modernização, contrastando com o conservadorismo existente. Visto que Goiás é berço de famílias tradicionais goianas, preserva a nostalgia de seus dias de capital, local de decisões políticas e referencial de poder, de história e das tradições. Ainda paira no ar um resquício oligárquico.

Atualmente a UFG conta com cerca de 1000 estudantes matriculados em sete cursos de graduação: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Direito (Pronera), Filosofia (licenciatura e bacharelado), Licenciatura em Educação do Campo e Serviço Social; e um de pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (EJA). As graduações estão distribuídas nas Unidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Os cursos são predominantes noturnos e frequentados por estudantes residentes na Cidade de Goiás e outros municípios já mencionados. Observa-se que um dos desafios que boa parte dos estudantes enfrenta são as ligações entre a origem até a UFG, localizada no Campus Areião. Os estudantes moradores na cidade são cobertos precariamente por transporte público municipal; uma minoria possui veículo próprio. Para aqueles residentes em outros municípios, com distâncias em torno de 100 km, fazem o bate e volta que, diariamente, enfrentam a estrada para chegar ao campus, em ônibus disponibilizados pelas prefeituras, caso contrário, eles não teriam acesso à universidade, posto que o deslocamento produz um custo elevado que estudantes trabalhadores e muitas famílias não conseguem arcar, em sua maioria, são de baixa renda, o que pressupõe recursos da assistência estudantil para garantir a permanência na universidade.

Inicialmente, a UFG funcionava em um espaço físico improvisado, atualmente ocupa instalação própria e alugada, Colégio Sant'ana (fundado em 1889, pela Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils); possui laboratórios e a Biblioteca funciona em espaço próprio, isolado das unidades, com estrutura moderna, bom acervo para consultas, além de espaços para estudos.

Por sua vez, a UFG não disponibiliza moradia estudantil e restaurante universitário, em fase de construção. Observa-se que a realidade da UFG, assim

Estágio Supervisionado: desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública como ocorre nos diversos campus espalhados pelo interior do Brasil, o processo de expansão vem sendo acompanhado por desafios relacionados à insuficiência de recursos financeiros, de infraestrutura e de servidores, tanto docentes quanto técnicos administrativos. A reflexão desse processo de expansão aponta avanços, limites e muitos desafios, que deverão pautar o debate permanente da construção política e pedagógica da universidade autônoma.

Além da inclusão no ensino superior, tanto a UFG quanto o IFG e a UEG exercem a função social que vão além do espaço acadêmico, com relevantes contribuições no combate à desigualdade social e a toda forma de preconceito, ao estimular debates, estudos que possam subsidiar ações de enfrentamento das expressões da questão social. Sem dúvida alguma, a formação ultrapassa as raias da sala de aula, como atividades de extensão, pesquisa, que aproxima o estudante da realidade, articulando teoria e prática de forma indissociável.

Nesta assertiva, destaca-se também o significado indelével das universidades públicas nesta região, que contribui por meio do ensino, pesquisa e extensão, com vistas ao fortalecimento das políticas públicas como mecanismo de democratização do Estado, que se encontra ameaçado.

Na particularidade do Serviço Social, os dilemas da implementação do primeiro curso público expressam os limites e as possibilidades do processo de expansão e interiorização do ensino superior das universidades públicas proposto pelo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). É inegável que esse curso é, sim, um espaço rico à formação profissional. Sem negar, os desafios encontrados na Região do Rio Vermelho são muitos para garantir formação compromissada com os princípios ético-políticos da profissão e profissionais que atenda as demandas por serviços ligados à educação, saúde, assistência, habitação, cultura, justiça etc., assim como realizar pesquisas articuladas aos interesses da região. O curso tem um quadro reduzido de docentes, entre efetivos e substitutos, com prevalência da carga horária em sala de aula, restando pouco tempo para desenvolver extensão e pesquisa. Destaca-se ainda, o reduzido quadro de assistente social na Assistência Estudantil-UFG Regional Goiás.

## **ESTAGIO SUPERVISIONADO: DESAFIOS ENFRENTADOS PELO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Um dos desafios centrais nos dias atuais para a formação profissional é o estágio, daí a importância de trazer essa reflexão neste artigo. Destaca-se que este não tem por objetivo dar respostas aos desafios postos à formação, mas pontuar alguns elementos acerca do estágio supervisionado. Componente presente no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFG em Goiás, o estágio se configura como atividade curricular obrigatória estabelecida nos marcos legais das Diretrizes Curriculares, elaboradas pela ABEPSS (1996), bem como a regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2001), articuladas ao Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), Lei n.8.662/1993 (CFESS, 1993) de Regulamentação da Profissão, Lei Federal de Estágio n. 11.788/2008 (BRASIL, 2008), Resolução CFESS n. 533/2008 (CFESS, 2008) que Regulamenta a Supervisão Direta e a Política Nacional de Estágio em Serviço Social (ABEPSS, 2010).

O projeto pedagógico do curso estabelece o ingresso dos estudantes em campo de estágio no 5º período, com duração de três semestres subsequentes, sendo 150h por semestre, total de 450 horas, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais a fim de conhecer o trabalho do assistente social e as expressões da questão social existente no campo, bem como as estratégias de intervenção, na perspectiva do acesso aos direitos por parte da população usuária dos serviços.

A Cidade de Goiás não disponibiliza vagas suficientes para acomodar o estágio e quantitativo de assistentes sociais para responder pela supervisão, exigindo da Comissão Ampliada de Estágio do Curso Serviço Social um esforço permanente, no sentido de garantir a manutenção das vagas existentes assim como a abertura de novas, quando possível. Nota-se, portanto, que a iniciativa da abertura de vagas é provocada pela unidade formadora, formalizada por meio de convênios.

Atualmente, o Serviço Social ocupa vinte (20) campos de estágio distribuído nas áreas da justiça, saúde, educação, assistência social, habitação, nas cidades de Goiás, Itaberaí (CRAS) e Goiânia (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (UFG) e Hospital

Estágio Supervisionado: desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública das Clínicas – UFG/EBSERH). A viagem para Goiânia, em transporte da UFG, reforça a precariedade das condições objetivas e reverbera no andamento das atividades acadêmicas e nas condições físicas e mentais do motorista, pois tem apenas um profissional para atender as demandas. Se ele adoecer, ou ocorrer um evento, ou viagem para outra localidade utilizando o transporte/UFG, se coincidir com os dias do estágio, esta atividade não acontece.

No deslocamento até Goiânia, entre ida e volta, os estudantes enfrentam um trajeto de 240 km, a saída ocorre às 5h da manhã e o retorno às 16h, a tempo de frequentar **as aulas à noite, na maioria das vezes, o estudante chega** cansado, sem energia para as aulas. Com isso, há um encadeamento de fatores que comprometem a qualidade da formação; os estudantes são expostos ao risco de adoecimento físico e mental, estresse, a tensão da disponibilidade de transporte, a necessidade de conciliar o estágio e o trabalho, pois, uma parcela significativa dos estudantes trabalha para bancar os estudos, embora pública, há gastos com moradia, transporte, alimentação, livros, xerox, entre outros, assim como para auxiliar nas despesas familiares.

Para o assistente social em sintonia com o projeto ético político profissional, pensar a democratização do acesso à educação superior significa o seu compromisso com a luta na defesa deste direito social, e, o Estado deve garantir ao estudante, o acesso e as condições de permanência para concluir a formação qualificada que articula o ensino, a pesquisa e extensão e outras dimensões que contribua com a formação crítica, reflexiva. Nesse entendimento, quanto à dimensão do ensino, o estágio é indispensável na formação em Serviço Social, “[...] dentro do contexto da educação superior no país, e da realidade do exercício profissional particularizada” (CAPUTI, 2016, p. 392).

O estágio supervisionado, como compromisso ético-político, constitui em momento singular e privilegiado da formação, de construção da identidade profissional e fortalecimento do projeto ético político do Serviço Social. Como espaço de reflexão que articula teoria e prática, é desafiador aos sujeitos sociais envolvidos no processo, estagiários e supervisores. Sobretudo na conjuntura em que vivemos de constantes ameaças ao conjunto dos direitos sociais, dos direitos trabalhistas, de

Estágio Supervisionado: desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública  
expansão do ensino superior precarizado, que revela não somente o processo efetivo da precarização, mas como também da desvalorização da formação e do exercício profissional. Nesta direção, Lewgoy (2010) reafirma a relevância da supervisão de estágio em Serviço Social como processo de formação:

[...] O processo de supervisão, na execução da competência profissional diante desses desafios, atrela-se ao projeto de formação profissional, que está associado ao projeto de transformação da sociedade, pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe. [...] passa por uma análise do Serviço Social que busca estabelecer a relação entre profissão e realidade para entendimento dos fenômenos nos quais intervém. [...] compreender os novos desafios requer análise da produção da questão social na cena contemporânea; envolve decifrar, no cotidiano, as contradições, as singularidades e as dimensões universais e particulares pela visão macroscópica sobre a questão social (LEWGOY 2010, p. 151-152).

Cabe dizer que, as relações sociais são determinadas pela relação capital/trabalho, contribui no processo de alienação e obscurece o movimento concreto da realidade. Assim, podem-se trazer como exemplo os diversos desafios vivenciados pelo assistente social em seu espaço sócio-ocupacional, com contratação de profissionais aquém das demandas para dar conta do rigor requerido pela instituição no sentido de dar respostas imediatas e burocratizadas às expressões da questão social, sem falar da pressão para realizar tarefa que não faz parte de suas atribuições. São questões que fragilizam o trabalho profissional, potencializam a superficialidade e impedem transpor o cotidiano para além da aparência.

Tais limites devem ser reconhecidos, pois interferem na qualidade da supervisão de estágio, entretanto, o estágio supervisionado

[...] nesse contexto desafiante, pois pode possibilitar ao/a profissional a construção conjunta com estagiário/a e supervisor/a acadêmico/a de alternativas para o enfrentamento das imposições cotidianas no trabalho, criando alianças para explicitar as atribuições e competências profissionais no espaço sócio-ocupacional, buscando combater o desmonte das políticas sociais na medida em que

também fortalece a formação e exercício profissional (CAPUTI; MOREIRA, 2018, p. 129).

Não raras vezes, assistentes sociais recusam a supervisão de estágio na concepção – equivocada – que é formado para atuar na prática e o curso não prepara os profissionais para assumirem tal atribuição, concebida como uma atividade a mais, e que requer capacitação específica. Logo, sem reconhecer o estágio supervisionado como parte do trabalho profissional, nega a supervisão como competência e atribuição do assistente social prevista pelo Código de Ética (1993). Cabe dizer que, o processo de supervisão tem se apresentado historicamente desafiante, assim como a formação voltada aos interesses do capital, fragmentada, sem criticidade e sem visão de totalidade, incapaz de dar conta de apreender as mediações que explicam o exercício profissional do assistente social. Diante da fragilidade teórica, do desconhecimento dos marcos que regulamentam a profissão e da natureza das demandas que são postas no cotidiano profissional, o assistente social não se vê capaz de atuar em sintonia com o projeto ético político do Serviço Social.

Depreende-se, pois, que pensar o estágio e a supervisão coerente com o projeto ético-político, pressupõe superar o conservadorismo positivista, que resiste de forma consistente no interior do Serviço Social – faz parte da sociedade –, e toma o real de forma micro e pontual, confronta a teoria e a prática como antagônicas. Nas palavras de Guerra, “[...] no senso comum, naturaliza-se o chavão sobre a existência de um fosso entre o conhecimento teórico e a sua capacidade de implementação” (2005, p. 2).

Com efeito, reforça o equívoco que na prática a teoria é outra. Isso é impossível, desconectar o cotidiano profissional do campo da formação, pois temos que pensar o cotidiano como lugar do possível, que articula teoria e prática e torna viável uma ação transformadora em determinada condição sócio-histórica.

Nas trilhas de Marx, o conhecimento não se desloca da sua reprodução social, posto que todo pensamento está conectado às práticas humanas, que, por sua vez, são essencialmente contraditórias (NETTO, 2009). Por essa via, o

Estágio Supervisionado: desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública  
conhecimento teórico instiga o fazer profissional, articulado aos compromissos assumidos no projeto ético profissional.

Destaca-se, o esforço e compromisso na realização dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social, em sintonia com a Política Nacional de Estágio (2010), enquanto espaço político-formativo “[...] por excelência de debate, de interlocução, de articulação, de formação continuada, de luta e de resistência frente aos inúmeros desafios postos na realidade social” (GUIRALDELLI; ALMEIDA, 2016, p. 398).

Não há como negar, no espaço sócio-ocupacional, o assistente social enfrenta a tensão entre o projeto profissional e sua condição de trabalhador assalariado. Pois, ao vender sua força de trabalho em troca de um salário, é submetido a constantes violações. Disso resultam os baixos salários, a intensificação da jornada laboral, o que impede o estudo, a reflexão do trabalho, a supervisão qualificada norteadas nas resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Outra questão importante identificada e merece mencionar, pois, tem a ver com a realidade do estágio, é a autonomia relativa, que subordina o assistente social a processos de alienação, aos limites institucionais, que impede definir as prioridades, ou mesmo o seu *modus operandi*. Despido de um olhar crítico, o profissional não questiona as demandas institucionais, se limita a elas, como executor terminal de políticas públicas, rende-se ao burocratismo, à rotinização do trabalho e à busca por resoluções imediatas das demandas. Em municípios como a Cidade de Goiás e Itaberaí, por vezes, o assistente social não está imune às pressões políticas em seu exercício profissional.

Dada a relevância do estágio para a formação profissional, visto que nesta relação o estudante aproxima do cotidiano do trabalho do assistente social, tanto no âmbito da docência quanto no campo e

[...] identifica que há, na profissão, um conceito de trabalho transversal, e é, nesta perspectiva, que o projeto profissional se delinea. Supervisor/a e estagiário/ a precisam refletir acerca da concepção de trabalho pautada na relação de transformação homem/mulher **versus** natureza, que resulta no fato do/a homem/mulher se tornarem sujeitos a partir do trabalho, o que está imbricado na formação profissional. Ambos precisam, juntos,

identificar as mediações do trabalho assalariado do/a assistente social no contexto universal do sistema capitalista (CAPUTI, 2016, p. 391).

E, como tal, torna possível ao estudante compreender “o significado social da profissão frente à totalidade da dinâmica social”; profissão essa, resultante do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, “num processo de interrelação e sistematizado entre estagiário/a e supervisores/as acadêmicos/as e de campo” (CAPUTI; MOREIRA, 2018, p. 130).

Destarte, o estágio aprofunda as competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, às escolhas profissionais, necessárias a uma formação profissional sólida, fundamentais ao assistente social desempenhar as atribuições privativas estabelecidas pela Lei 8662/93 que regulamenta a profissão nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Isto significa ao assistente social, assumir uma postura crítica-investigativa e apropriar-se de suas demandas no sentido de articular com a instituição os seus projetos, defender suas qualificações, suas atribuições profissionais e o seu próprio espaço de trabalho, assim como, construir respostas qualificadas às expressões da questão social vividas pelos sujeitos nesta realidade social que recorrem à prestação dos seus serviços, no sentido de efetivar e preservar direitos. Para Iamamoto,

[...] as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO 2011, p.21).

Posto que o assistente social com formação generalista crítica, atua diretamente com a contradição existente entre o capital e o trabalho, acompanhando as mudanças sociais. Reforçando, assim, quão desafiador é o estágio para supervisores acadêmico e de campo e os estagiários em uma conjuntura de precarização e sucateamento do ensino superior, e seus rebatimentos no cotidiano

Estágio Supervisionado: desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública destes profissionais, no sentido de assegurar uma formação robusta, solida, articulada à direção social hegemônica da profissão.

Sob esse entendimento, é totalmente incompatível o estágio supervisionado ocorrer em campo improvisado, sem requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos e recursos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial, que garanta a reflexão, a sistematização com base em planos de estágio. São espaços que expõem as precárias condições de trabalho dos supervisores, intensificadas pelos processos de terceirização, de subcontratação, de vínculos trabalhistas precários, sem estabilidade, onde há valorização de relatórios de produtividade. Para além do não reconhecimento de suas ações e da complexidade das expressões da questão social que aprofundam e agravam no seu cotidiano. Nestas circunstâncias, por vezes, o estágio é uma mera formalidade, descaracterizado, sem reflexão, onde o estagiário permanece em campo de forma precarizada, sem cumprir a atividade articulada aos instrumentos político-normativos do Serviço Social, estratégicos na luta pela qualidade na formação, no trabalho e em defesa da profissão; por essa via, ao defender o estágio supervisionado definido nas Diretrizes Curriculares (1996), na sua totalidade realizada entre os três sujeitos sociais, supervisor/a acadêmica/o, estagiária/o e supervisor/a de campo, a ABEPSS posiciona-se de forma coerente diante do atual cenário de pandemia<sup>8</sup> mundial causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), e, que precede a qualquer acúmulo de conhecimentos que possa ser agregado na formação profissional do estudante. Na particularidade desta formação, traz uma série de situações que repercutem diretamente na supervisão de estágio em Serviço Social. Posto que no enfrentamento à pandemia governos estaduais e municipais decretaram medidas de suspensão de atividades não essenciais para garantir o isolamento social. Nesse interim, as universidades públicas e privadas,

---

<sup>8</sup> A organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença é causado pelo novo coronavírus (Covid-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. (Consulta realizada em 16/05/2020 as 21h. site: paho.org).

Estágio Supervisionado: desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública estão com atividades interrompidas na modalidade presencial, total ou parcialmente. Situação está que atinge a supervisão acadêmica, uma vez que o estágio em Serviço Social, enquanto componente do processo de formação e ensino-aprendizagem, exige a vivência acadêmica associada à inserção no campo de estágio com acompanhamento. O posicionamento da ABEPSS, sem negar para o estudante, a possibilidade de acúmulo ao processo de formação a partir da reflexão acerca do exercício profissional no contexto da pandemia, expõe preocupações. Em que pese a realidade dessa pandemia, pois, para além de questão de saúde, trata-se também de questão social, que escancara a desigualdade social no Brasil. Visto que atinge diferentes extratos da população de maneiras diferentes, tanto que a maioria da população não dispõe de condições mínimas para sua proteção, atingida pelo desemprego, informalidade ou vínculo precário de trabalho, a falta de moradia digna, a insuficiência dos serviços de saneamento básico, de saúde, será, portanto, mais atingida, diante das condições objetivas de cumprir o isolamento social e o risco de desemprego face a proteção social efetiva negligenciada pelo Estado brasileiro. Assim, a pandemia traz explícito recortes de classe, raça e gênero. Entretanto, a precariedade de alguns espaços sócio-ocupacionais, o atendimento das demandas postas à contenção da pandemia, pode não resguardar direitos dos estudantes, sobretudo, em relação a sua saúde. Por assim entender, o CFESS manifesta que a realização do estágio nessas condições contraria os dispositivos ético-político construído pela categoria, e respalda a suspensão das atividades (ABEPSS, 2020).

Esses elementos reforçam os desafios que envolve a formação profissional e o estágio. Observa-se que raros são os supervisores que buscam a Coordenação Ampliada de Estágio do Curso de Serviço Social-UFG interessados na supervisão de campo. Como mencionado anteriormente, o curso por meio desta comissão tem construído parcerias institucionais para abertura de campo e, muitas vezes, o assistente social é pressionado pela instituição a assumir a supervisão. O cotidiano profissional é permeado por inúmeras armadilhas, e, não é de se estranhar o posicionamento do assistente social em negar a supervisão de estágio, com a justificativa da sobrecarga de trabalho, não se tem a cultura de incorporá-lo no seu

Estágio Supervisionado: desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública  
planejamento, como se o estágio não fosse trabalho, o que pode estar associado à alienação na forma de estranhamento.

Ao mesmo tempo, os supervisores de campo reclamam do pouco tempo dedicado, em campo, pelo estagiário, como um aspecto frágil do estágio que influencia de forma negativa na formação profissional, e muitas vezes se coloca como elemento desmotivador para o profissional assumir a supervisão. Posto que o estágio pressuponha aproximar da realidade, conhecer os instrumentais, relacionar as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, estimular o pensamento crítico, reflexivo a partir do trabalho que o estagiário está acompanhando. Nem sempre isso é possível, pois o estagiário participa do movimento da realidade do trabalho, em uma semana que está em campo, na outra, quando retorna, o movimento da realidade que é dialético muda rápido. Não há como ignorar, o desafio que se coloca ao estagiário, de acompanhar e apreender essa complexidade, superar a imediaticidade dos fatos, como possibilidade de construir a análise crítica da realidade social. Por outro lado, novas demandas são postas, sem possibilidades de retomar a realidade, na tentativa de fazer a mediação entre a teoria e a prática, e pensar nas possibilidades de intervenção dentro do momento histórico.

Aqui é necessária uma reflexão, face às condições objetivas da instituição e do próprio estagiário, residente em outro município que se encontra cumprindo as atividades em Goiânia. O que dificulta ainda mais, a realização do estágio supervisionado, no que diz respeito, a conciliar tempo disponível, o cansaço para dedicar-se aos estudos e ao estágio supervisionado. Essa realidade desafiadora não faz parte apenas do Curso de Serviço Social-UFG, daí a importância de os sujeitos envolvidos neste processo construírem possibilidades, à luz dos instrumentos legais do estágio, para que esse estudante não tenha prejuízo quanto à formação.

Nesta dimensão, Iamamoto analisa os desafios do exercício profissional no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais,

[...] o seu efetivo exercício agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado

social do trabalho do assistente social – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e abstrato – enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado. (2008, p. 214)

Para tanto, o exercício profissional não pode estar descolado de uma análise crítica do significado da função social da profissão em uma perspectiva de totalidade que abarca a história. Nesse entendimento, exige do assistente social o compromisso com a formação pautada nos fundamentos sociais que norteia a sua formação e subsidia o trabalho da práxis profissional, que vai para além da aparência no sentido de desvelar a realidade social na sua essência.

Diante do exercício da práxis profissional, além dos desafios postos ao assistente social, nesta dinâmica, a supervisão demanda deste profissional uma supervisão qualificada, o que pressupõe organizar seu tempo e planejar a supervisão com o estagiário e o supervisor acadêmico, avaliar o processo, contribuir na apreensão da realidade social do trabalho, na construção de relatórios sociais, elaboração, execução e avaliação de projetos sociais, participar de reuniões de equipe de trabalho e, junto aos estudantes, sobre suas necessidades sociais e demandas advindas por eles.

Neste processo de construção e aquisição de conhecimento da natureza do trabalho do assistente social, muitas vezes, o estagiário não tem nítido a concepção teórica adotada na supervisão de estágio. A consequência disso é o limite na apreensão do movimento contraditório da realidade social, pela fragilidade teórica que impede realizar uma análise crítica para além do singular. Essencial, porém, para entender as demandas coletivas, captar as novas requisições profissionais, as correlações de forças presentes no espaço sócio-ocupacional, identificando suas particularidades e o significado social da profissão. Por estas razões, o estágio supervisionado insere

[...] no seio do debate da formação e exercício profissional com suas características particulares tão importantes e centrais, tais como os demais componentes curriculares constitutivos do campo de ensino-pesquisa-extensão em Serviço Social.(CAPUTI; MOREIRA, 2018, p. 132)

Nesses moldes, a formação em sintonia com movimento sócio-histórico, teórico-metodológico e as condições éticas e políticas que sustentam a profissão, ultrapassa a concepção reducionista, de mera transmissão de conhecimentos pré-definidos, que precariza a formação profissional e a produção do conhecimento. De tal modo, a formação é analisada e problematizada no contexto das relações sociais, a partir das mudanças engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro, e, “[...] se desenvolve dialeticamente com a concepção de educação superior, alinhada à perspectiva teórico-metodológica que embasa a profissão” (CAPUTI, 2016, p. 390). Num todo, temos a formação profissional como processo contínuo de desenvolvimento pessoal, profissional e político-social (LEWGOY, 2010).

Por essa razão, torna-se imperativo o compromisso da categoria profissional com o processo de formação, e nela, o estágio. Não há como negar que, por vezes, diante do acúmulo e do excesso de trabalho, o assistente social negligencia o estudo, a qualificação profissional, ou ainda, a continuidade dos estudos para além da graduação. Também reconhecemos as condições materiais como impeditivas. Todavia, salientamos que é imprescindível a qualificação dos assistentes sociais, supervisores de estágio, tanto o de campo quanto o acadêmico, a fim de assegurar bases sólidas para o estudante, “[...] transformar o que aprendeu em posturas, produtos, serviços e informações” (LEWGOY, 2013, p. 86).

Tendo no horizonte o fortalecimento do projeto ético político profissional, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, usuária das políticas públicas e a defesa de um projeto sociopolítico de justiça social.

## **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

O movimento histórico da realidade social de contradições, lutas e resistências do Serviço Social brasileiro, possibilitou a ruptura dos assistentes sociais com o conservadorismo, presente desde a gênese da profissão, demarcando a possibilidade da construção de um projeto ético-político profissional. Nesta direção, vão-se constituindo as particularidades da profissão. No movimento de

Estágio Supervisionado: desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública  
apreender o seu significado social na ordem do capital, assumiu o compromisso com os direitos humanos, sociais, civis e políticos, afirmados e defendidos pelo conjunto das entidades sociais representativas da profissão e pela categoria profissional.

O momento atual parece *retroceder* a *história*, pois, vivemos tempos tenebrosos do capital, de constantes ataques aos direitos sociais; ao mesmo tempo, desprezo e desrespeito pelos direitos humanos sob ameaça e violação cotidianamente. Veremos que neste processo de intensificação da barbárie, o ultraconservadorismo reproduzido pela sociabilidade do capital, rebate no Serviço Social, na formação e no exercício profissional, nos diversos espaços sócioinstitucionais, colocando em risco o projeto ético-político.

Nessa direção, tem-se o desafio posto à categoria, de refletir sobre o significado social da profissão. Conformando um posicionamento ético-político de reprodução dos valores burgueses, ou de fortalecimento dos princípios fundamentais do projeto ético-político, na construção de uma nova sociabilidade, com democratização da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora.

Este movimento de reflexão do fazer profissional contribui tanto ao assistente social quanto ao estagiário de Serviço Social. Pois, o estágio, como processo de trabalho e formativo, pode contribuir ou não na construção da identidade profissional. Por isso, o trabalho profissional exige compromisso respaldado nos princípios fundamentais do projeto ético-político. Nele estão explícitos os valores defendidos pela categoria, tendo a liberdade como valor central, que pressupõe a defesa de todos os demais direitos, humanos, sociais, políticos que dá dignidade à vida e, sob o capitalismo, não se efetiva de forma plena. É neste sentido que o projeto ético-político assume a defesa da construção de outra sociabilidade, horizonte, que está por vir a ser.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Nota referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (COVID-19)**. Brasília, 03/04/2020.

Disponível em <http://www.abepss.org.br/noticias/coronavirus-abepss-se-manifesta-pela-suspensao-das-atividades-de-estagio-supervisionado-em-servico-social-367>.

Acesso em 15 mai. 2020

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Estágio**. Brasília, [2010]. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/politica-nacional-deestagio-](http://www.abepss.org.br/politica-nacional-deestagio-da-abepss-11)

[da-abepss-11](http://www.abepss.org.br/politica-nacional-deestagio-da-abepss-11)>. Acesso em: 7 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Ética e direitos humanos: os desafios no ensino e na pesquisa em Serviço Social**. In. Revista Inscrita, Ano 10, n.14, Brasília, Dez. 2013.

CAMARGO, Ricardo. **OS efeitos do PROINF no Programa Territorial do Território Vale do Rio Vermelho. s/d**

CAPUTI, Lesliane; MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Estágio supervisionado em Serviço Social: contribuição para defesa do projeto ético-político profissional**. Andes SN, 2018.

CAPUTI, Lesliane. **Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados**. Revista. Katálysis., Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade operacional**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 maio 1999. Caderno Mais! p. 3

DE PAULA, Alisson Slider do Nascimento. **O Programa REUNI em foco: intensificação e precarização do trabalho docente**. Revista Espaço Acadêmico, n. 170, jul./2015. Ano XIV. ISSN 1519-6186.

GUERRA, Yolanda. **No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”**In: 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel, Unioeste, out, 2005.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ALMEIDA, Janaina Loeffler de. **A construção dos Fóruns de supervisão de estágio em serviço social**. Revista Katálysis. Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 395-402, out./dez. 2016.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetice: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LEHER, R. **Educação superior minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente**. 2011 (mimeo).

FAVARO, T; RIBEIRO, E.

Estágio Supervisionado: desafios à formação em Serviço Social na educação superior pública

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. Revista *Temporalis*. Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução de Paulo César Castanheira/Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

**NETTO**, J. P. Introdução ao método na teoria Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, **2009**.

SIMIEMA, Carolina. **Antiga capital, cidade de Goiás atrai pelas construções históricas**. **05 /03/2012**. Disponível em [G1.globo.com/goias/noticia/2012/03/antiga-capital-cidade-de-goias-atrai-pelas-construcoes-historicas.html](http://G1.globo.com/goias/noticia/2012/03/antiga-capital-cidade-de-goias-atrai-pelas-construcoes-historicas.html).

SOUSA, Andréa Harada. **Mercantilização e automação do ensino superior privado: o caso da Educação a Distância**. 2019. Disponível em <http://fepesp.org.br/artigo/7078/>